



## **Turismo na Chapada Diamantina: Considerações sobre a Proposta do Geoparque Serra do Sincorá**

### **Tourism in Chapada Diamantina: Considerations on the Proposal of the Serra do Sincorá Geopark**

**NATÁLIA AUGUSTA ROTHMANN ESCHILETTI<sup>1</sup>, ROSANE MARIA LANZER<sup>2</sup>**

**DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i2p492>**

#### **RESUMO<sup>3</sup>**

A região da Chapada Diamantina, no Estado da Bahia (Brasil), marca-se pela geodiversidade, a qual se associam aspectos sociais, econômicos e naturais. Na sua borda Oriental está a Serra do Sincorá, conjunto natural de importante feição geomorfológica, onde se localiza importante oferta de atrativos e outros produtos turísticos, justificando a proposta de instalação, nesse território, de um Geoparque. A área prevista para o Geoparque Serra do Sincorá abrange, além do município de Lençóis, principal termos turísticos, outros três municípios. Para fins do presente artigo, optou-se pela pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, baseada em revisão bibliográfica. O objetivo é o de contextualizar a região, relacionando-a com o território do Geoparque, para ali identificar os produtos turísticos disponíveis, que sustentem o turismo na região. Verifica-se que, mesmo em presença de vários atrativos, há carência de estruturas de hospedagem e restauração para atendimento da demanda de turistas, levando a que o potencial turístico não se concretize plenamente. Registra-se, ainda, uma grande desigualdade social e dificuldades econômicas nos quatro municípios integrantes da proposta.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Turismo. Geoparque Serra do Sincorá. Chapada Diamantina. Lençóis, Bahia, Brasil.

#### **ABSTRACT**

The region of Chapada Diamantina, in the State of Bahia (Brazil), is characterized by geodiversity, in association with social, economic and natural aspects. At its eastern edge is the Serra do Sincorá, a natural complex of important geomorphological features, where there is an important offer of attractions and other tourist products, justifying the proposal to install a

---

**1 Natália Augusta Rothmann Eschiletti** – Bacharel. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9984512043068184>. E-mail: [professoranataliageografia@gmail.com](mailto:professoranataliageografia@gmail.com)

**2 Rosane Maria Lanzer** – Doutora. Professora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9755173164706296>. E-mail: [rlanzer@ucs.br](mailto:rlanzer@ucs.br)

**3 Processo Editorial:** Recebido: 6 AGO 2018. Avaliado: NOV-FEV 2019. Aceito: 8 ABR 2019.

Geopark in this territory. The area planned for the Serra do Sincorá Geopark covers municipalities of Lençóis, the more important in tourist terms, and three others. For the purposes of this article, we opted for the exploratory research, of qualitative character, based on a bibliographical review. The objective is to contextualize the region, relating it to the Geopark territory, and to identify the availability of products that support tourism in the region. We can verify that even in the presence of several attractions the place lacks structures of lodging and catering to meet the demand of tourists, leading to the tourist potential not to be fully realized. There is also a great social inequality and economic difficulties in the four municipalities that are part of the proposal.

#### **KEYWORDS**

Tourism. Serra do Sincorá Geopark. Chapada Diamantina. Lençóis, Bahia, Brazil.

#### **INTRODUÇÃO**

O Brasil apresenta um vasto potencial em áreas naturais, passíveis de aproveitamento turístico, entre outros, como forma de educação e conscientização ambiental. O presente artigo é parte da construção da estrutura conceitual de uma pesquisa mais ampla, que tem o futuro Geoparque Serra do Sincorá, localizado na região da Chapada Diamantina, no Estado da Bahia, como objeto empírico de pesquisa. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem crítica, de viés exploratório, com características quantitativa e qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica, para contextualizar a região, o território do futuro Geoparque e o município de Lençóis, principal receptor de turistas nacionais e estrangeiros, entre os envolvidos na proposta (MTur, 2016). Entre os objetivos da pesquisa esteve o de identificar os produtos disponíveis para sustentar o turismo no futuro Geoparque Serra do Sincorá, em termos de meios de hospedagem e de alimentação, questionando quais, entre eles, constam no Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo [Cadastur].

Para responder ao problema proposto, o percurso da pesquisa partiu da compreensão do Geoparque como uma área com limites definidos, portanto, como um território, que busca essencialmente o desenvolvimento econômico por meio do turismo, inserindo a comunidade local em suas atividades (Unesco, 2017). Numa perspectiva associativa, apresenta-se a Região Turística da Chapada Diamantina (MTur, 2016), o território de identidade regional da Chapada Diamantina (SEI, 2016) e a região geográfica (Pereira, 2010), que possui as características naturais atraentes para o turismo. A área em questão se refere, especificamente, à proposta do futuro Geoparque Serra do Sincorá, inserido numa região com características econômicas, sociais e naturais definidas. Dessa forma busca-se o conceito de região, como com as características citadas para esta pesquisa. O território do Geoparque insere-se no contexto econômico, social e natural do território de Lençóis, categorizada com a letra B pela autoridade federal (MTur, 2017-2019) em termos de turismo.

Nesta pesquisa tem-se como objetivo identificar os produtos turísticos disponíveis para desenvolver o turismo no Geoparque Serra do Sincorá. Para tanto foi realizada uma pesquisa

considerando os atrativos turísticos e os serviços prestados em restaurantes e meios de hospedagem ali presentes e com registro no Cadastur.

### **O QUE É UM GEOPARQUE?**

A relação ser humano, natureza e proteção ao patrimônio natural foi marcada a partir do século XVIII pela alta dependência dos recursos naturais e consequentes avanços em termos de dominação e domesticação, pelo ser humano, dos demais seres vivos. No século XIX, o desenvolvimento da história natural e o pensamento reducionista aprofundou os processos de ruptura entre o ser humano e os animais e as plantas. O naturalismo contribuiu para a separação homem-natureza, criando áreas naturais que não poderiam ser tocadas pelos humanos. Algumas iniciativas de proteção do patrimônio iniciaram nesse século na Europa, na Austrália e nos Estados Unidos, decorrência da Revolução Industrial, que poluiu e degradou os ambientes e, em decorrência, fez com que surgissem atitude e iniciativas de valorização da natureza selvagem como lugar de reflexão e isolamento espiritual (Pereira, 2010; Nascimento, Ruchkys & Mantesso-Neto, 2008; Gonçalves, 2011; Diegues, 1996).

Nos Estados Unidos, essa atitude propiciou a criação do conceito de Parques Nacionais, uma vez que, na segunda metade do século XIX, esse país passava por uma transformação exponencial do espaço, sendo devastado pela expansão territorial e agrícola. Decorrente, é criado o primeiro parque nacional do mundo, o Yellowstone, em 1872, como ‘ilhas de conservação’ (Diegues, 1996). Em seguida, outros países como a Austrália, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul, México, Argentina, Chile, Equador, Venezuela e Brasil adotaram o conceito e criaram Parques Nacionais, visando conservar suas áreas naturais, que se mantem com este o objetivo até o presente (Costa, 2002).

O processo de urbanização gera a poluição dos recursos hídricos, levando, entre outros, à falta de saneamento e grande devastação ambiental, maximizados pela ausência de estudos geológicos (Nascimento et al., 2008)<sup>i</sup>. Tal fato fez emergir outro olhar, pois percebeu-se que a natureza não poderia ser consumida infinitamente (Ribeiro & Zanirato, 2008), levando a iniciativas preservacionistas tanto em relação ao patrimonial natural como ao patrimônio cultural. Em termos de ambiente natural este deveria ser preservado para que a sociedade tenha, no futuro, qualidade de vida equivalente à do presente.

A primeira alusão a proteção do patrimônio natural surgiu em 1949, quando a Unesco realizou um diagnóstico da situação ambiental mundial, apresentado na Conferência Científica da Organização das Nações Unidas [ONU] sobre a Conservação e Utilização de Recursos. Nesse período, as principais preocupações ambientais envolviam os testes nucleares, ocasionados pela corrida armamentista, o crescimento populacional e industrial (Ribeiro & Zanirato, 2008; Londero, 1999). Outro ponto colocado pela Unesco está no Man and the Biosphere Programme [MAB], de 1971, e na 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Houve significativo passo para a proteção do meio ambiente, considerando-se que o desenvolvimento econômico não deveria se basear na degradação ambiental, visão consolidada no Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Londero, 1999). Ainda em

1972 ocorreu a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Mundial, em Paris, quando ficou definido o que seria considerado pela Unesco, como patrimônio cultural e natural (ONU, 1972). Especificamente sobre o patrimônio abiótico, foi realizado o primeiro Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, em 1991, estabelecendo os princípios e pilares da geoconservação na Carta Internacional dos Direitos à Memória da Terra. Em 1993 foi criada a Associação Europeia para a Conservação do Patrimônio Geológico [PROGeo<sup>ii</sup>] e foi debatido o termo <geodiversidade> na Conferência de Malvern para a Conservação Geológica e da Paisagem (Pereira, 2010).

Com o pressuposto de “resguardar o que não se pode reconstituir e manter áreas para conhecer a dinâmica natural do planeta” (Ribeiro & Zanirato, 2008, p. 279), o Brasil institui áreas de preservação no artigo 10º, da Constituição de 1934, anos antes das iniciativas e consolidações da ONU. Por meios constitucionais, de decretos e práticas de tombamentos, é consolidada uma jurisdição sobre as áreas naturais de preservação, no País, seguida nas legislações estaduais. A primeira regulamentação sobre os Parques Nacionais aconteceu a partir do Decreto Federal nº 84.017, de 21-9-1979. Em 2000, as áreas naturais foram legitimadas pela Lei n. 9.985/2000, a partir da qual ficou instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação [SNUC]. Em 1937 foi criado o primeiro Parque Nacional brasileiro, o de Itatiaia, no Rio de Janeiro, mesmo ano do Decreto-Lei nº25 que versa sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre os quais estão os monumentos naturais.

**Geoparque** - O conceito de Geoparque surge a partir de uma evolução das iniciativas de conservação do patrimônio cultural e natural, em uma proposta na qual o geológico é considerado pelo viés do patrimônio natural, potencialmente turístico e conseqüentemente econômico, podendo por meio do turismo e da educação contar a História do Planeta Terra (Brilha, 2005). O reconhecimento dos geoparques ganha força com a formação da Rede Europeia de Geoparques nos anos 2000, integrada pela Reserva Geológica de Haute-Provence, na França; a Floresta Petrificada de Lesvos, na Grécia; o Geoparque Vulkanifel, na Alemanha; e o Geoparque do Maestrazgo, na Espanha. Em 2004, em Paris, foi criada, a Rede Global de Geoparques [RGG] reunindo 17 geoparques europeus e oito chineses (Unesco, 2017). A Unesco passa a colaborar com a Rede Europeia de Geoparques em 2005, incentivando os geoparques membros “especialmente nos domínios da educação, gestão, turismo, desenvolvimento sustentável, ordenamento territorial e estimula a formação de redes regionais como a Rede Europeia” (Modica, 2009, p. 23). Um Geoparque será reconhecido se atender tais Diretrizes Operacionais e após passar por um longo processo comprobatório de vários critérios obrigatórios.

Diretrizes Operacionais para os Geoparques Nacionais foram elaboradas pela Unesco em 2004. O documento tem quatro artigos, subdivididos em itens, que versam sobre os critérios para o reconhecimento de um Geoparque, os procedimentos de nomeação, critérios para assistência da ONU e diretrizes para relatórios e revisão periódica do reconhecimento. Entre os itens, está compreendido que para ser um Geoparque é necessário que haja um território com limites bem definidos e uma área suficiente para atender ao desenvolvimento econômico local, promover territórios ou parques naturais com características geológicas especiais (Unesco,

2004). Além disso, o documento considera que, nacionalmente, essa área já funcione de fato com um Geoparque, para que posteriormente ganhe o selo de reconhecimento da Unesco.

A execução de um geoparque deve seguir legislação ou regulamentação nacional, considerando a estrutura legal para o seu corpo gerencial, ferramentas de financiamento e apoio logístico, visando a preservação de exemplos significativos do patrimônio geológico, promovendo assim uma relação equilibrada entre a humanidade e a Terra, aumentando a consciência pública e o respeito do valor do Planeta e melhorando a compreensão da crosta terrestre e a capacidade de usá-la sabiamente (Unesco, 2004). Como não há, na legislação brasileira amparo jurídico para os geoparques, se faz necessário que na área dos mesmos existam Unidades de Conservação que protejam o patrimônio existente. De acordo com a Rede Mundial de Geoparques da Unesco (Unesco, 2017), um geoparque representa uma área geográfica contígua, onde o patrimônio geológico faz parte de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável.

Um projeto de Geoparque anda lado a lado com o desenvolvimento sustentável (Unesco, 2017), relacionando-se diretamente com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em Nosso Futuro Comum, criada em 1987 e assim contribuindo para a Agenda 21 e para a Convenção 1972 [Proteção do Patrimônio Cultural e Natural] (Unesco, 2004). Recentemente, a Unesco elaborou uma nova Agenda, onde reviu os objetivos para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 possui 17 objetivos para a promoção do desenvolvimento sustentável, relacionando-se diretamente com o que se propõem para um Geoparque, em função do potencial de interação entre desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente e a sociedade (ONUBR, 2015).

No Brasil, as propostas de Geoparques compõem uma nova iniciativa para a conservação do patrimônio geológico. Em 2006 o Geoparque Araripe foi reconhecido e é o único integrado à Rede Mundial de Geoparques. Vinculado ao Serviço Geológico do Brasil [CPRM] existem várias propostas que integram o Projeto Geoparques, algumas delas em processo bastante avançado de organização e inventariação do patrimônio. Uma dessas propostas é a do Geoparque Serra do Sincorá, objeto deste estudo. Entretanto, como o coração do Geoparque Serra do Sincorá é o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNDC), para assegurar a proteção jurídica do patrimônio da área é necessário que o PNDC esteja interrelacionado com o Geoparque como Unidade de Conservação, exigida pela legislação. Como analisa Cândido (2003), o Parque Nacional da Chapada Diamantina não possui centro de visitantes e tampouco controle de entrada dos turistas, tendo na cidade de Lençóis o principal espaço urbano para apoio aos visitantes.

Proteção ambiental envolve “riqueza potencial e desenvolvimento econômico” (Ribeiro & Zanirato, 2008, p. 278). Assim, geoconservar o espaço natural desses parques com relevante patrimônio, que possuem vocação para o turismo, se torna uma questão não só ecológica, mas também de desenvolvimento econômico para a população local. As atividades econômicas e turísticas passaram a levar em consideração a conservação ambiental e “a fase do relacionamento entre o turismo e o ambiente é caracterizada pela introdução de novas modalidades de turismo, especialmente em ambientes naturais menos degradados, que

coexistem com culturas autóctones em seu entorno” (Nascimento et al., 2008, p.39) e isso inclui a geoconservação e a modalidade de geoturismo para obter conhecimento sobre esse patrimônio.

### **GEOPARQUE SERRA DO SINCORÁ: PROJETO DO FUTURO**

A área proposta para o Geoparque Serra do Sincorá está localizada na porção central do Estado da Bahia, no setor centro-sudeste da Chapada Diamantina (CPRM, 2017), na porção oriental da Chapada Diamantina. Na proposta do Geoparque consta que a área ainda está em discussão, sem haver um traçado definitivo. De toda a forma, a área planejada se limita com o contorno dos municípios de Andaraí, Lençóis, Mucugê e Palmeiras com seus distritos<sup>iii</sup>. São 6.313 km<sup>2</sup> que ocupam 10% do território da Bahia, abrigando as nascentes do Rio Paraguaçu, que abastece Salvador, e as nascentes dos afluentes da margem direita do São Francisco (Pereira, 2010). A área projetada para o Geoparque localiza-se entre os meridianos 41°69' e 40°69'O e os paralelos 12°14' e 13°42'S, na zona térmica intertropical [Fig. 1].

**Figura 1 - Localização do futuro Geoparque Serra do Sincorá, Bahia.**



**Fonte:** CPRM (2017).

Ressalte-se que nessa extensa área ainda se encontram sete Unidades de Conservação [UCs]. A mais importante e extensa destas UCs é o Parque Nacional da Chapada Diamantina, estando quase que totalmente inserido dentro dos limites da proposta do Geoparque. A Área de Proteção Ambiental [APA] Marimbus-Iraquara também contribui com parte significativa de sua área dentro do projeto. As demais UCs são o Parque Municipal de Mucugê, que possui o Projeto Sempre Viva<sup>iv</sup>; o Parque Municipal do Riachinho, no distrito de Caeté-Açu ou Vale do Capão, em Palmeiras; o Parque Municipal de Lençóis [ou da Muritiba]; o Parque Municipal do Pai Inácio, em Palmeiras e o Parque Urbano de Preservação Histórico Ambiental e de Lazer de Iगतu, distrito de Andaraí (CPRM, 2017) [Fig. 2].

**Figura 2 – Municípios do futuro Geoparque Serra do Sincorá e Unidades de Conservação**

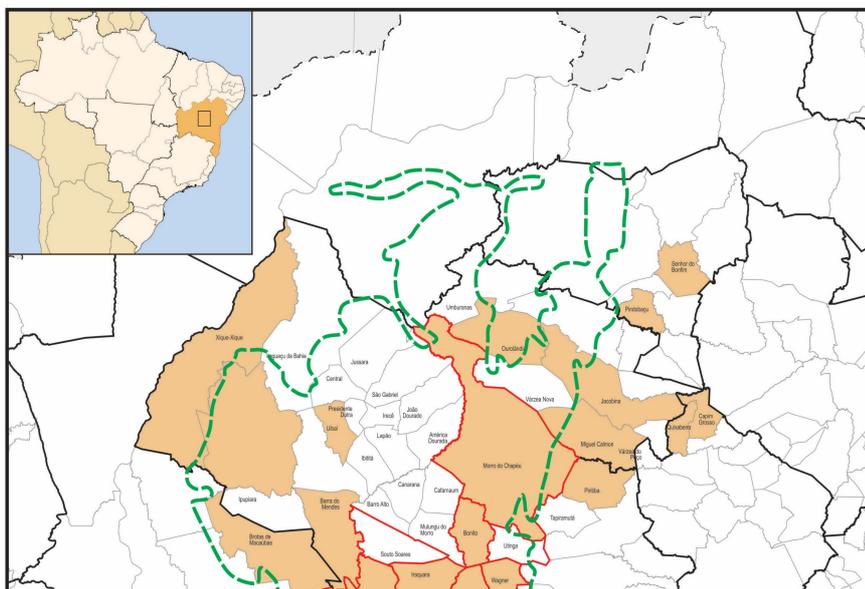


Fonte: CPRM (2017).

O polígono verde representa a APA Marimbus Iraquara e o polígono azul representa o PARNA Chapada Diamantina. As demais UC, com áreas muito inferiores, são representadas pelos marcadores verdes e listadas a seguir: (1) Parque Municipal de Lençóis; (2) Parque Municipal do Pai Inácio; (3) Parque Municipal do Riachinho; (4) Parque Urbano de Preservação Histórico Ambiental e de Lazer de Igatu; (5) Parque Municipal de Mucugê.

**Chapada Diamantina e território do Geoparque Serra do Sincorá** - É importante registrar que a Chapada Diamantina possui três formas diferentes de compreensão em função do significado dos termos Chapada Diamantina: uma como território de identidade da Bahia, definido pelo governo local, sobre o sentimento de pertencimento da população local (Decreto 12.354, de 25.08); outra, como região geográfica que considera a formação geológica e geomorfológica (Pereira, 2010); e outra, definida pelo Ministério do Turismo como região turística (Mtur, 2016) [Fig. 3]. Considerando um olhar holístico para a área do futuro Geoparque, o projeto do Geoparque Serra do Sincorá está compreendido dentro de diferentes significados. Entende-se que o desenvolvimento do turismo é de suma importância para este território; o desenvolvimento social, econômico associado à identidade da comunidade local, sem desconsiderar sua história, faz parte da composição conceitual de um Geoparque; além disso, é necessário que as características geológicas e geomorfológicas sejam relevantes. Espera-se que a gestão do Geoparque seja capaz de articular e englobar esses olhares para produzir resultados satisfatórios para a comunidade, a economia e a educação.

**Figura 3 - Sobreposição das regiões da Chapada Diamantina e o território da proposta do Geoparque Serra do Sincorá, Bahia**



**Fonte:** Elaborado por Bruna Tronca, a partir de MTur (2016), Pereira (2010) e SEI (2016).

A Bahia, de acordo a regionalização proposta pelo Ministério do Turismo, possui 13 regiões turísticas. Uma delas é a região turística da Chapada Diamantina, composta por 34 municípios: : Abaíra, Andaraí, Andorinha, Barra da Estiva, Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Caém, Campo Formoso, Central, Ibicoara, Ipupiara, Iraquara, Itaeté, Jacobina, Jaguarari, Lençóis, Livramento de Nossa Senhora, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Ourolândia, Palmeiras, Piatã, Pindobaçu, Piritiba, Rio de Contas, Saúde, Seabra, Senhor do Bonfim, Uibaí, Wagner e Xique-Xique (MTur, 2016). Os municípios da proposta do Geoparque Serra do Sincorá são bem frequentados, sendo o Parque Nacional da Chapada Diamantina responsável pela atração dos turistas, possuindo os municípios de Andaraí, Lençóis, Mucugê e Palmeiras boa quantidade de serviços e equipamentos turísticos, além da paisagem de montanha que a caracteriza (Brito, 2005).

A Serra Sincorá apresenta ambiente reconhecido pela qualidade paisagística, vales encaixados em relevo que oscila de plano a ondulado, com morros que alcançam altitude elevada (Oliveira, 2008) e é o conjunto natural que identifica essa área dentro da região estabelecida pelo Ministério do Turismo, onde se localizam os principais atrativos e sítios, dentre várias formações enquanto Chapada Diamantina. Esta serra, conforme Pereira (2010), é uma feição geomorfológica muito importante na borda Oriental da Chapada Diamantina e está dentro dos limites da Unidade de Conservação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Neste parque existe grande diversidade biológica por estar localizado em uma zona de transição de três biomas, apresentando aspectos da Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado (ICMBIO, 2007). A maior parte dos diamantes garimpados e minerados foram aí encontrados, o que batizou o nome da chapada. No passado, os municípios de Andaraí, Lençóis, Mucugê e Palmeiras, com seus respectivos distritos, localizados no setor centro-sudeste da Chapada Diamantina (CPRM, 2017), constituíram os locais onde se faziam as Lavras Diamantinas. A proposta do futuro Geoparque engloba a esses quatro municípios [Fig. 3].

## **REGIÃO E TERRITÓRIO**

Para analisar a Chapada Diamantina, propõem-se aqui uma perspectiva associativa de região e território, considerando Haesbaert (2010). Será compreendido que o Geoparque Serra do Sincorá é um território, inserido na região Chapada Diamantina. A cidade de Lençóis está integrada a ambas áreas, sendo responsável por receber grande quantidade de turistas e emitilos aos outros três municípios.

**Quadro 1 – Produtos turísticos nos municípios do território do Geoparque Serra do Sincorá-BA.**

MUNICÍPIOS GEOPARQUE	CADASTUR (1)		GUIA CHAPADA DIAMANTINA (2)		O QUE FAZER (3)
	ONDE FICAR	ONDE COMER	ONDE FICAR	ONDE COMER	
Andaraí	0	0	12	12	38
Lençóis	44	11	43	16	53
Mucugê	15	9	18	12	39
Palmeiras	11	4	50	13	23
TOTAL	70	24	123	53	153

**Fonte:** As Autoras, a partir de Cadastur (MTur, 2018); Guia Turístico Chapada Diamantina; Funch (2002); Teixeira e Linsker (2005); Brito (2005); Oliveira (2008); CPRM (2017).

Lençóis se estabelece enquanto principal localidade para o turismo, uma vez que possui a maior quantidade de produtos turísticos [Quadro 1], sendo também apontada pela categorização do Ministério do Turismo como principal cidade da região e responsável pela articulação do turismo (MTur, 2017-2019), uma vez que recebe mais turistas estrangeiros, domésticos, tem a maior quantidade de meios de hospedagem de empregabilidade da comunidade nos mesmos. De acordo com a Cartilha de Categorização (MTur, 2016), o objetivo é categorizar os municípios em função da economia do turismo a partir desse instrumento, visando que a gestão pública tenha resultados para gerenciar políticas públicas para o turismo. Dentre os demais municípios abrangidos pela proposta do Geoparque, Mucugê e Palmeiras estão categorizados com a letra C e Andaraí com a letra D. Essa categorização significa que são cidades que possuem pouca atratividade de turistas estrangeiros, baixa empregabilidade e número de meios de hospedagem.

Percebe-se que a maior quantidade de meios de hospedagem e de alimentação, registrados no Cadastur, encontram-se no município de Lençóis [Quadro 1]. Os distritos do município de Lençóis, Afrânio Peixoto e Coronel Octaviano Alves [Tanquinho] não possuem registros em meios de hospedagem e de alimentação. Considerando o website Guia Chapada Diamantina (2018), a maior quantidade de meios de hospedagem divulgados se localiza em Palmeiras. O distrito de Palmeiras, Caeté-Açu [Vale do Capão], possui a maior quantidade dos 50 meios de hospedagem apontados e 13 dos estabelecimentos de alimentação [Quadro 1] (Guia da Chapada Diamantina, 2018). Nota-se que grande quantidade de produtos oferecidos aos turistas na área dos quatro municípios não é formal e ainda vale ressaltar que os produtos divulgados no *website* Guia da Chapada Diamantina (2018) e registrados no Cadastur (MTur, 2018) não são os mesmos. Os meios de hospedagem possuem obrigatoriedade de registro no Cadastur de acordo com a Lei do Turismo nº 11.771/2008, enquanto os restaurantes e bares podem optar pelo registro (MTur, 2011).

No território pode-se verificar que os produtos turísticos relacionados com o alojamento se caracterizam como hotéis, hostels, pousadas e um camping. Os produtos relacionados com a alimentação têm como característica elementos da cozinha italiana, brasileira e regional. Entretanto, os meios de hospedagem e de alimentação cadastrados no Cadastur configuram-se em uma minoria [Quadro 1]. Dentre todos os meios de hospedagem, 70 são cadastrados

enquanto 123 são divulgados no Guia da Chapada Diamantina. E dentre os lugares para alimentação são 24 os registrados no Cadastur enquanto 53 são divulgados no website Guia da Chapada Diamantina. Sendo assim, se pode inferir que boa parcela do turismo acontece de forma não regulamentada, uma vez que o Cadastur tem como funções comprovar que o empreendimento turístico está legalmente constituído, em funcionamento e em operação, além de disponibilizar informações ao turista sobre os prestadores de serviços cadastrados (MTur, 2011). Portanto, as informações sobre a atividade turística em Lençóis não são geradas com todo o seu potencial para que o setor seja melhor gerido. Além disso, frente aos vários atrativos, tem-se pouca oferta de meios de hospedagem e restaurantes cadastrados para atender a demanda de turistas. Sobre os atrativos, predomina a utilização do patrimônio natural abiótico [geodiversidade] para o uso turístico frente ao patrimônio biótico e cultural, possuindo a região uma grande disponibilidade de matéria-prima para o desenvolvimento do turismo em área natural. E neste aspecto, Lençóis se destaca mais uma vez pois, dos 153 atrativos pesquisados, 53 estão localizados no município.

A importância da integração e articulação a partir das políticas públicas se dá no momento em que se analisam os dados econômicos e humanos do território da proposta do Geoparque, pois constitui-se em uma área desigual e carente [Quadro 2]. Por isso, faz-se necessário, ao esclarecer sobre distinção entre os dois conceitos apontar que “território tem seu foco principal no campo das práticas e nas práticas [...] de poder, a região tem seu foco mais amplo, nos processos gerais de articulação, diferenciação e ‘recortamento’ do espaço [...]” (Haesbaert, 2010, p. 178). Essa delimitação tem como objetivo entender que região e território estão integrados e articulados. Sendo assim, o governo do Estado, a(s) governança(s), secretarias de Turismo das prefeituras e agentes privados deveriam pensar em práticas e ações para o turismo com conhecimento sobre as relações de poder que exercem sobre a o recorte do espaço, trabalhando de forma integrada e articulada (Haesbaert, 2010).

**Quadro 2 – Dados econômicos e sociais da microrregião do Geoparque Serra do Sincorá, Bahia.**

ANO	Fundação	Município	Esperança Vida	GINI <sup>v</sup>	RDPC*	Pop. Rural	Pop. Total	Pop. Urb	IDHM**
1991	1884	<b>Andaraí</b>	55,71	0,67	141,95	8247	14072	5825	0,279
2010		<b>Andaraí</b>	70,84	0,59	230,36	6187	13960	7773	0,555
1991	1856	<b>Lençóis</b>	57,64	0,57	151,76	4219	7700	3481	0,340
2010		<b>Lençóis</b>	71,51	0,61	362,74	2331	10368	8037	0,623
1991	1847	<b>Mucugê</b>	61,51	0,61	140,07	6235	8465	2230	0,327
2010		<b>Mucugê</b>	72,20	0,53	312,35	6365	10545	4180	0,606
1991	1890	<b>Palmeiras</b>	60,31	0,65	165,30	3427	7027	3600	0,351
2010		<b>Palmeiras</b>	71,91	0,58	350,79	3171	8410	5239	0,643

**Fonte:** As Autoras, a partir de Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

\*RDPC: Renda Per Capita Média; \*\* IDHM - Índice De Desenvolvimento Humano Municipal.

Entre 1991 e 2010, os dados econômicos sociais dos quatro municípios no que se refere à esperança de vida ao nascer e o IDHM mostraram uma significativa ampliação [Quadro 2].

Observa-se, ainda, redução da população rural em Andaraí (24,97%), Palmeiras (7,47%) e Lençóis, com um êxodo rural de 44,74%. No município de Mucugê, a população rural aumentou em 2,08%. Houve incremento da população urbana nos quatro municípios, sendo Lençóis (56,68%) e Mucugê (46,31%) os municípios aonde as cidades receberam maior contingente populacional num período de 19 anos. Por outro lado, o que chama atenção é que, apesar das melhorias sociais citadas, o Índice de Gini, que mede a diferença social, cujo valor ideal se aproxima de zero e o pior valor é um, em Lençóis há uma diferença de 0,57 para 0,61 indicando uma piora neste aspecto, enquanto Mucugê apresenta melhora de 0,08 pontos para esse índice e, Palmeiras, 0,07 pontos [Quadro 2]. Analisando a renda per capita média, em todos os municípios houve melhora, entretanto, em Lençóis, Mucugê e Palmeiras, essa foi maior que o dobro no período de 1991 a 2010. O município de Andaraí, o mais populoso dentre os quatro, apresenta a mais baixa esperança de vida e a menor renda per capita, consistindo-se em uma região que necessita de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida de sua numerosa população, o que pode ser observado pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal [IDMH]. A concepção do turismo, trazido pela Rede de Geoparques, é que as áreas dos parques se proponham a integrar e articular a comunidade local econômica e socialmente, considerando sua história e trabalhando de forma a que todos tenham a possibilidade de acesso ao desenvolvimento econômico e social, sem perda da identidade local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No território do futuro Geoparque há um grande potencial turístico não totalmente aproveitado em meio a uma grande desigualdade social e dificuldades econômicas. Analisando a atividade turística já existente, a cidade de Lençóis pode ser considerada uma localidade central em função do número de turistas domésticos e internacionais que recebe e por ter uma grande disponibilidade de meios de hospedagem e restaurantes, embora muitas não sejam formalizadas. Entretanto, para as atividades sociais e culturais, econômicas e de serviços relacionados à saúde, educação, consumo de bens de consumo duráveis e não duráveis mais complexos não há disponibilidade o que torna o padrão de consumo baixo, tanto para a comunidade como para os turistas.

A Rede Mundial de Geoparques tem nas suas Diretrizes Operacionais eixos que contribuem diretamente para a melhoria da economia, dos aspectos sociais e da conservação ambiental. Esses três temas centrais se relacionam diretamente com a inserção da comunidade nas atividades econômicas, capacitando-as, dando acesso à educação com significado, melhorando a qualidade de vida da comunidade e conseqüentemente elevando os índices sociais e econômicos no território. Porém, esses avanços no desenvolvimento só serão alcançados quando houverem iniciativas de gestão pública que integre e articule a gestão da região e do território, voltando o olhar, principalmente, para que privilegie toda a base da comunidade e não apenas os donos dos grandes empreendimentos, mas também os microempreendedores locais.

A gestão do território do futuro Geoparque pode estimular a iniciativa privada a desenvolver práticas sustentáveis, integrando o turismo e a comunidade. No momento em que a comunidade tem conhecimento e se identifica como pertencente ao espaço, o Geoparque contribui para conservar o patrimônio natural abiótico e biótico da área. Para tanto é necessário que os donos dos meios de hospedagem tenham consciência da necessidade de desenvolver uma atividade turística formal e não espontânea. Assim, os dados oficiais do turismo poderão ser melhor aproveitados uma vez que o trabalho informal, relacionado ao turismo, deixa de existir. O microempreendedor cadastrado ganha visibilidade no momento em que faz parte do registro formal, recebendo como contrapartida o possível aumento do número de turistas em sua propriedade.

O município de Lençóis, ao contrário dos demais municípios envolvidos no território do futuro Geoparque, apresentou maior desigualdade social como demonstrado pelo Índice de Gini no período de 19 anos. Esse índice, que mede a desigualdade de renda, indica que, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade social. Pode-se considerar, como reflexão, que o dito desenvolvimento do turismo, de forma não formalizada, está contribuindo para que a diferença social se acentue? É uma reflexão sem resposta neste momento e no âmbito da pesquisa até agora realizada, mas que deve ser considerada, uma vez que o turismo tem o papel, ou deveria ter, de inserir a comunidade local em suas atividades, capacitando-a e, assim, contribuindo para a igualdade no espaço que exerce influência.

## REFERÊNCIAS

- Brasil (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. [Link](#)
- Brilha, J. (2005). **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage. [Link](#)
- Brito, F. E. M. (2005). **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: Edufba.
- Cadastur – Mtur (s.d.) **Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que Atuam no Setor do Turismo**. [Link](#)
- Cândido, L. A. (2003). **Turismo em áreas naturais protegidas**. Caxias do Sul: EducS.
- Costa, P. C. (2002). **Unidades de Conservação**: matéria-prima de ecoturismo. São Paulo: Aleph.
- CPRM - Serviço Geológico do Brasil. (2017). **Geoparque Serra do Sincorá (BA) proposta**. [Link](#)
- Diegues, A. C. S. (1996). **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec.
- Funch, R. (2002). **Um guia para a Chapada Diamantina**: o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Andaraí. Cruz das Almas: Nova Civilização.

Eschiletti, N. A. R. & Lanzer, R. M. (2019). Turismo na Chapada Diamantina: considerações sobre a proposta do Geoparque Serra do Sincorá. **Rosa Dos Ventos – Turismo E Hospitalidade**, 11(2), 492-506, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i2p492>

Gonçalves, C. W. P. (2011). **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto.

Guia Turístico Chapada Diamantina (2018). **Guia Chapada Diamantina**. [Link](#)

Haesbaert, R. (2010). **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2007). **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Brasília. [Link](#)

Londero, M. A. A. (1999). **Meio Ambiente**: uma questão de cidadania. Pós-modernidade, política e educação. [Link](#)

Modica, R. (2009). As Redes Europeia e Global dos Geoparques [EGN e GGN]: proteção do patrimônio geológico, oportunidade de desenvolvimento local e colaboração entre territórios. **Revista do Instituto de Geociências**, 5(Especial), 17-26. [Link](#)

MTur - Ministério do Turismo (2011). **Manual de Orientações para Cadastramento dos Prestadores de Serviços Turísticos no Ministério do Turismo**. [Link](#)

MTur - Ministério do Turismo (2016). **Bahia tem novo mapa turístico**. [Link](#)

MTur - Ministério do Turismo (2016). **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**. Programa de Regionalização do Turismo.

MTur - Ministério do Turismo (s.d). **Mapa do Turismo 2017-2019**. Programa de Regionalização do Turismo. [Link](#)

Nascimento, M. A., Ruchkys, Ú., & Mantesso-Neto, V. (2008). **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo**: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia [Link](#)

Oliveira, C.E. (2008). **Iconicidade toponímica na Chapada Diamantina**: estudo de caso. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. [Link](#)

ONU - Organização das Nações Unidas (1972). **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. [Link](#)

ONU - Organização das Nações Unidas (2015). **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nações Unidas no Brasil. [Link](#)

Pereira, R. G. F. A. (2010). **Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina (Bahia-Brasil)**. Tese. Ciências Especialidade em Geologia. Escola de Ciências, Universidade do Minho, Braga, Portugal. [Link](#)

PNUD; Fundação João Pinheiro; IPEA (2010). **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil** [Link](#)

Eschiletti, N. A. R. & Lanzer, R. M. (2019). Turismo na Chapada Diamantina: considerações sobre a proposta do Geoparque Serra do Sincorá. **Rosa Dos Ventos – Turismo E Hospitalidade**, 11(2), 492-506, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i2p492>

Ribeiro, W. & Zanirato, S. (2008). Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil. **Revista de História**, 158, 277-300. [Link](#)

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016). **Mapa Territórios de Identidade do Estado da Bahia**. [Link](#)

Teixeira, W. & Linsker, R. (2005). **Chapada Diamantina: águas no sertão**. São Paulo: Terra Virgem.

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2017). **Geoparques Mundiais da Unesco**. ONU: Representação da UNESCO no Brasil. [Link](#)

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2004) **Operational Guideline for National Geoparks seeking Unesco's assistance**. Paris: Global Unesco Network of Geoparks. [Link](#)

## NOTAS

Textualmente, Nascimento et al. (2008) colocam: “O turismo de massa, desenvolvido entre 1950 e 1980, desencadeou um processo de urbanização desenfreada de diversos centros urbanos para atender à demanda. Porém, esta urbanização ocorreu de forma não-planejada e trouxe problemas de saneamento básico e conseqüente poluição dos recursos hídricos pela falta de estudos geológicos” (p. 39).

ii Criada a partir da transformação da antiga European Working Group on the Science Conservation que existiu de 1988 até 1993.

iii Distritos de Lençóis são Coronel Octaviano Alves, também conhecido por Tanquinho, onde está o aeroporto e Afrânio Peixoto. Igatu (de Andaraí), Guiné (de Mucugê), Caeté-Açu (ou Vale do Capão) de Palmeiras.

iv Mais informações sobre esse projeto podem ser encontradas em Ibicora-chapada-diamantina. [Link](#)

v Índice De Gini 2010: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.